



Formação da razão na Ética de Espinosa, segundo Deleuze

ANDRÉ MENEZES ROCHA*

Resumo: Este artigo é parte de um estudo mais amplo que tem como eixo a formação das noções comuns e a definição da razão na *Ética* de Espinosa. Neste artigo, examino a questão a partir da leitura de Gilles Deleuze em *Espinosa e o problema da expressão*.

Palavras-chave: alegria, paixão, ação, noções comuns, razão.

Abstract: This article is part of a larger study that has its central point in the formation of the common notions and the definition of reason present in Spinoza's *Ethics*. In the article, I shall examine the subject regarding Deleuze's *Spinoza et le problème de l'expression*.

Key-words: joy, passion, action, common notions, reason.

* * *

I – Os dois momentos da gênese da potência racional.

A questão deste trabalho é a seguinte: como é a passagem da paixão à ação na *Ética* de Espinosa, de acordo com a interpretação de Deleuze? Examinarei apenas o comentário em *Espinosa e o problema da expressão*.

Nossa potência racional se produz em meio às paixões, na prática dos encontros. Decerto, é preciso muita paixão alegre para

* Doutorando do Departamento de Filosofia da FFLCH – USP.

fazer nascer atividade, ou seja, ação alegre. Entretanto, o caminho à gênese dos afetos ativos não se esgota na repetição dos encontros das paixões.

“Não é suficiente que nossa potência de agir aumente. Poderia aumentar indefinidamente, as paixões alegres poderiam se concatenar com paixões alegres indefinidamente sem que conseguíssemos a posse formal de nossa potência de agir. Uma somatória de paixões não faz uma ação. Não é suficiente, portanto, que as paixões alegres se acumulem, mas é preciso que, em favor desta acumulação, encontremos um meio de conquistar nossa potência de agir para experimentar enfim as afecções ativas de que seremos a causa adequada.”¹

A potência racional se produz para ajudar as paixões alegres contra as tristes, exercendo uma tarefa prática que, segundo Deleuze, não cessará nunca de exercer, qual seja, selecionar para evitar os maus e aumentar a intensidade dos bons encontros.

“Em sua gênese, a razão é esforço de organizar os encontros em função de conveniências e inconveniências percebidas. A razão em sua atividade é o esforço de conceber as noções comuns, portanto, de compreender intelectualmente as conveniências e inconveniências.”²

Na medida em que se estabelece, a potência racional, além de selecionar os encontros que geram paixões alegres e evitar os que geram tristezas, inicia uma formação de idéias adequadas que persevera sem cessar e que inclui o conhecimento do que agrada aos corpos que se fortalecem conosco, assim favorecendo, por sua atividade teórica,

os bons encontros. Estabelecida, a potência racional de cada um não deixa de exercer a tarefa prática que a originou, qual seja, aderir às paixões alegres e evitar as tristes, em cada encontro ou desencontro com que cada um de nós se deparar. Com a ressalva de que, estabelecido na atividade, nosso esforço [*conatus*] é por selecionar os encontros não apenas em função de paixões alegres quaisquer, mas precisamente em função daquelas que convém às alegrias ativas e que nos conduzem a raciocinar e intuir juntos.

Deleuze defende que a potência racional de cada um de nós nasce naturalmente de acordo com estes dois grandes momentos que constituem um só esforço. O primeiro momento é o esforço por se deixar afetar com paixões alegres, ou seja, por procurar, na prática, favorecer os bons encontros e evitar os maus encontros. O segundo momento é o esforço por produzir idéias adequadas e alegrias ativas: nasce para fortalecer as alegrias passivas, para garantir que prevaleçam sobre as tristezas e, por isto, os desejos racionais não surgem por ruptura com as paixões alegres, mas por continuidade para secundá-las.

A razão é essencialmente prática e a prática ativa é racional. Prática racional porque nascida da intercorporeidade e da intersubjetividade cujo laço é uma paixão alegre produzida no bom encontro. Razão prática porque é conhecimento teórico do que é comum a nós e aos outros corpos, do que permite e do que não permite que se estabeleçam os bons encontros entre nós. Além disso, este conhecimento teórico na prática é produção de afetos ativos que auxiliam e fortalecem nossas paixões alegres, na medida mesma em que inteligimos as conveniências e inconveniências entre nossos corpos e mentes, isto é, descobrindo que entre nós existem as noções comuns.

II – O segundo momento: formação das noções comuns.

As noções comuns têm graus de generalidade diversos. De acordo com a interpretação deleuziana, apoiada, sobretudo, em EIIP40S e TTP7, há dois tipos de noções comuns: as físicas (mais gerais) e as biológicas (menos gerais).³

As noções comuns mais gerais são idéias adequadas de propriedades físicas encontradas em todo e qualquer corpo, incluindo o humano. As noções comuns menos gerais são idéias adequadas de propriedades biológicas encontradas nos corpos humanos.

A formação das noções comuns constitui o segundo momento da gênese da potência racional. O primeiro momento é o esforço por afetar e ser afetado por paixões alegres. Como é a transição do primeiro ao segundo momento?

“Como chegaremos a nossa potência de agir? Enquanto permanecermos de um ponto de vista especulativo, esta questão fica insolúvel. Dois erros de interpretação nos parecem perigosos para a teoria das noções comuns: negligenciar seu sentido biológico ao privilegiar seu sentido matemático; mas, sobretudo, negligenciar sua função prática ao privilegiar sua função especulativa.”⁴

A dedução das noções comuns, no segundo livro da *Ética*, segue uma ordem demonstrativa que Deleuze chama “especulativa” por ser passagem gradual das noções comuns mais gerais às menos gerais, ou seja, das físicas às biológicas. Porém, argumenta Deleuze, na vida prática nós iniciamos formando as idéias adequadas das propriedades biológicas de nosso corpo e de outros corpos humanos

e só depois de pensá-las adequadamente é que somos capazes de passar às noções comuns mais gerais. Em resumo, nas proposições e demonstrações da *Ética* as noções comuns são formadas por via dedutiva ou, de acordo com o vocabulário dos seiscentos, pela via da síntese, ao passo que, no capítulo sétimo do *TTP*, texto da política espinosana, a história da natureza [*historia naturae*] permite formar as noções comuns pela via indutiva ou, de acordo com o vocabulário seiscentista, pela via da análise. Não obstante existir reversão entre análise e síntese uma vez que já tenham sido formadas as noções comuns, em seu processo de formação inicial, em seu *fiat lux*, há uma precedência da análise, isto é, iniciamos na vida quotidiana com a formação das noções comuns menos gerais.

As noções comuns que primeiramente formamos são de propriedades biológicas comuns ao nosso corpo e aos outros corpos humanos. Como a mente forma estas noções comuns biológicas? A mente as forma partindo das idéias das afecções de seu corpo. O bom encontro, primeiro momento na gênese da razão, constitui uma relação de nosso corpo com outro corpo humano em que somos passivos, mas são as idéias das afecções passivas alegres de nosso corpo que nos permitirão formar as noções comuns. Precisamente a partir das idéias destas afecções passivas e alegres que a mente pode *induzir* a noção comum da propriedade comum entre nosso corpo e o corpo exterior na relação de bom encontro com o nosso.

“Em que sentido empregamos ‘induzir’? Trata-se de uma espécie de *causa ocasional*. (...) Quando encontramos um corpo que convém com o nosso, quando experimentamos uma afecção passiva alegre, somos induzidos a formar uma idéia do que é comum a este corpo e ao nosso.”⁵

A mente é uma idéia, mais precisamente, a mente é a idéia do corpo. A mente, sendo idéia do corpo, percebe suas afecções, percebe as operações, ou seja, as propriedades de seu corpo. Mas a mente forma idéias adequadas das operações do corpo de que é idéia, ou seja, forma idéias adequadas das propriedades comuns de seu corpo, apenas enquanto percebe que são propriedades não apenas de seu corpo, mas, sobretudo, de todos os corpos humanos que afetam o seu. A mente, assim, forma idéias adequadas não da essência de seu corpo, mas de propriedades comuns a seu corpo e aos corpos humanos que afeta. Há uma certa proporcionalidade entre as propriedades comuns (que são intercorporais) e as noções comuns (que são intersubjetivas ou inter-mentais).

Se nossa intercorporeidade nos mostra que existem propriedades e operações comuns a nossos corpos, as noções comuns nos permitem pensar estas propriedades e operações e são, as noções comuns elas mesmas, propriedades e operações comuns a nossas mentes. Elas estão para as mentes no pensamento como as propriedades e operações para os corpos na extensão.

“‘Comum’, sem dúvida, não significa somente alguma coisa comum a dois ou muitos corpos, mas também às mentes capazes de formar sua idéia.”⁶

Com efeito, as outras mentes em intersubjetividade conosco não são espíritos vagando nas nuvens ou em qualquer além, pois são também idéias de seus respectivos corpos, idéias necessariamente formadas pela potência do atributo pensamento. Todas as mentes humanas têm percepções das operações materiais dos corpos de que são respectivamente as idéias, mas isto não significa que em cada uma delas prevaleçam as idéias adequadas. Pelo contrário, como observa

Deleuze, formar as idéias adequadas exige um longo e difícil exercício que implica no esforço prático para favorecer os bons encontros e no esforço teórico que cada mente faz diante de cada afecção que nasce dos bons e maus encontros em que somos envolvidos.

“Tendo conquistado nossa atividade em certos pontos, nos tornamos capazes de formar noções comuns, mesmo nos casos menos favoráveis. Há toda uma aprendizagem das noções comuns, há um *se-fazer-ativo* [*devenir-actif*]: não se deve negligenciar a importância de um processo de formação no espinosismo, processo de formação cujo sentido é partir das noções comuns menos universais, as primeiras que tivermos ocasião de formar.”⁷

Qual a diferença entre esta racionalidade concreta e a racionalidade abstrata da tradição? Deleuze distingue dois aspectos que, dos universais abstratos, “*testemunham sua impotência*”: (1) os universais abstratos nos fazem reter apenas, sob uma identidade abstrata, as semelhanças entre imagens que fazemos das coisas e nos fazem negligenciar as diferenças; (2) quanto a esta identidade abstrata, ela é tão variável quanto as disposições do corpo dos que arbitram com ela (um assenta que o “homem é animal racional”, outro que é “animal que ri”, outro ainda que é “bípede sem plumas”).⁸

A impotência dos universais abstratos é impedir que nosso pensamento alcance a gênese tanto de suas idéias como das coisas de que são idéias. No fundo, os universais abstratos nos encerram nas idiossincrasias de uma imaginação abstrata, ou seja, fragmentada. Superar filosoficamente esta tradição da abstração não é cair no irracionalismo, mas é demonstrar qual é nosso verdadeiro poder de raciocinar e a verdade em que nos faz pensar.

III – A proporcionalidade entre noções e propriedades comuns.

A proporcionalidade entre as noções comuns no atributo pensamento e as propriedades ou operações comuns no atributo extensão não é um privilégio da razão. Há proporcionalidade nos três gêneros de conhecimento.

“O primeiro gênero de conhecimento tem como objeto somente os encontros entre as partes, segundo suas determinações extrínsecas. O segundo gênero se eleva até à composição das relações características [*rappports*]. Mas somente o terceiro gênero concerne às essências eternas: conhecimento da essência de Deus e das essências particulares tais quais são em Deus e são concebidas por Deus. Assim, nos três gêneros de conhecimento, encontramos os três aspectos da ordem da Natureza: ordem das paixões, ordem de composição das relações, ordem das essências elas mesmas.”⁹

Se consultarmos o décimo quinto capítulo, em que Deleuze apresenta as três ordens da Natureza (que são a estrutura triádica de expressão ontológica dos atributos), notaremos que as noções comuns são proporcionais a modos infinitos da extensão. Mais precisamente, as noções comuns mais gerais ou físicas são noções do movimento e repouso, isto é, modos infinitos mediatos do atributo extensão.¹⁰

Na medida em que nosso *conatus* devém ativo, isto é, nossa potência se torna racional ou raciocinante, participamos da inteligência infinita, sabemos ter parte¹¹ no modo infinito mediato do atributo pensamento. Não significa isto, porém, que o modo finito deixe de ser finito, que nossa natureza humana se transforme, que nos

transformemos em titãs, semi-deuses ou super-homens. Nem significa que nos transformemos numa razão absoluta que constitui tudo o que pensa, à maneira do idealismo.

Passar da passividade à atividade é justamente vencer a abstração, a ilusão de um sujeito separado dos outros. O modo finito raciocina na medida em que conhece sua própria finitude como parte imanente da atividade do modo infinito mediato. Conhecendo sua finitude pelas propriedades que tem em comum com os outros, o modo finito passa a saber que os outros modos finitos também participam da razão (modo infinito mediato do pensamento), mesmo quando tenham sobretudo idéias inadequadas acerca de si mesmos.

O exemplo da gramática pode nos ajudar. Os escritos hebraicos nada significarão para nós se nosso corpo não tiver, previamente, o conhecimento da língua hebraica. Havia algo de comum entre os códices hebraicos da Bíblia e o corpo de Espinosa (educado desde menino no estudo da língua hebraica): este algo comum entre o corpo de Espinosa e os códices hebraicos da Bíblia era a língua hebraica. O corpo de um homem que não foi educado na língua hebraica nada decifrará ao passar os olhos pelos escritos hebraicos, pois não terá a língua hebraica como propriedade comum a seu corpo e ao corpo do texto hebraico. O mesmo se pode pensar acerca de códices do mandarim, do sânscrito ou do persa antigo. As noções que formamos acerca das línguas são de uma terceira ordem de generalidade, menos comuns que as biológicas e remetem, como outras instituições nos textos políticos de Espinosa, à experiência histórica de povos particulares. Deleuze não as considera em seu trabalho, mas o leitor pode aprofundar seu estudo na tese de doutoramento de Homero Santiago, sobretudo através do conceito de *geometria do instituído*. Voltemos ao estudo de Deleuze, após o exemplo da língua.

Um homem que vive na passividade só percebe fragmentos do sensível e desta maneira abstrata é que interpreta a si e aos outros. Facilmente pensa a si e aos outros como substâncias, isto é, como substratos últimos de acidentes.

Um homem que vive na atividade, que se formou para as noções comuns, conhece a si e aos outros como expressões singulares de um mesmo e único estofa substancial. Conhecendo as propriedades comuns a si e aos outros, conhece a “gramática” das relações entre os modos finitos e por isto pode “escrever” sua existência dando sentido ativo às paixões alegres, dando razão aos bons encontros.

As noções comuns, elas mesmas, são propriedades ou operações comuns às mentes dos que conhecem a “gramática” e dos que a desconhecem, embora “falando” a mesma “língua”. Ora, as noções comuns não são coisas, representações e nem noções à maneira dos princípios da analítica de Aristóteles. Não são comuns à nossa mente e à mente dos outros porque sejam representações ou cópias idênticas no interior de mônadas sem janelas. As noções comuns são relações entre nossas mentes, porquanto são o modo infinito mediato do pensamento que é proporcional à ordem das relações [*rappports*] de movimento e repouso que é o modo infinito mediato do atributo extensão.

As noções comuns são o nexa intrínseco que explica a intersubjetividade originária entre as nossas mentes. O conhecimento da essência singular de cada um, a partir deste nexa, se faz com a atividade intuitiva.

Bibliografia

DELEUZE, Gilles. *Spinoza et le problème de l'expression*. Les Editions de Minuit, Paris: 1968. Página 253.

CHAUI, Marilena de Souza. *Ser parte e Ter parte: Servidão e Liberdade na Ética IV (Prefácio, definições, axiomas)*. Apud: Discurso, n 22, p. 63-122. São Paulo, 1993.

SANTIAGO, Homero Silveira. *O uso e a regra: ensaio sobre a gramática espinosana*. Tese apresentada ao Departamento de Filosofia da USP para a obtenção do título de doutor. No prelo.

Notas

¹ Deleuze, Gilles. *Spinoza et le problème de l'expression*. Les Editions de Minuit, Paris: 1968. Página 253.

² Deleuze, Gilles. *Idem*. Página: 259.

³ Sobre esta divisão das noções comuns. Deleuze, Gilles. *Idem*, p.254 e 255.

⁴ Deleuze, Gilles. *Idem* P. 260.

⁵ Deleuze, Gilles. *Idem* P.261.

⁶ Deleuze, Gilles. *Idem*. P.259.

⁷ Deleuze, Gilles. *Idem*. P.267

⁸ Para a crítica dos universais abstratos. Deleuze, Gilles. *Idem*. p.256 e 257.

⁹ Idem. P.282.

¹⁰ Vide páginas 214 e 215.

¹¹ Para aprofundar o estudo da diferença entre a participação imaginativa, a participação racional e a participação intuitiva. Chauí, Marilena de Souza. *Ser parte e Ter parte: Servidão e Liberdade na Ética IV (Prefácio, definições, axioma)*. Apud: Discurso, n 22, p. 63-122. São Paulo, 1993. Entretanto, o leitor deve saber que a leitura de Marilena Chauí supera a leitura de Deleuze e que a diferença se estabelece já na interpretação das definições do primeiro livro da *Ética*.